

Resultados trimestrais do Governo Geral

Apresentação

Este relatório apresenta as estatísticas de finanças públicas do governo geral (governo central, estados e municípios) com periodicidade trimestral. As informações aqui apresentadas são compiladas e apresentadas de acordo com a metodologia do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014 do Fundo Monetário Internacional-FMI (em inglês, *Government Finance Statistics Manual – GFSM 2014*). Todas as estatísticas são apresentadas na estrutura do Demonstrativo de Operações que é um resumo das transações do governo apresentando detalhes das receitas, despesas e investimento líquido em ativos não financeiros.

Estatísticas de finanças públicas (EFP) é um conjunto de conceitos e princípios desenvolvidos pelo FMI com o objetivo de proporcionar um arcabouço conceitual que facilite análise da política fiscal e possibilite quantificar as ações do governo. Distintamente de demonstrações financeiras com base na contabilidade, as EFP são uma representação econômica da atividade financeira do governo.

As informações são compiladas no âmbito dos Acordos de Cooperação Técnica firmados entre STN e IBGE e STN e IPEA, com o objetivo central de aperfeiçoar as estatísticas fiscais no Brasil no sentido da convergência com os conceitos e metodologias estabelecidas pelo GFSM 2014 do FMI. Neste caso, o objetivo principal é construir agregados econômicos harmonizados internacionalmente – permitindo a comparação entre países – e com o Sistema de Contas Nacionais – possibilitando uma análise mais precisa das relações entre as variáveis fiscais e as econômicas.

Em virtude de questões metodológicas abordadas ao final deste documento, as informações aqui apresentadas correspondem a uma estimativa das finanças do governo geral para o período em análise. Estes números serão revistos e substituídos ao longo dos próximos meses. Os dados definitivos serão apresentados na publicação anual “Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo”, com periodicidade anual.

Destaca-se que nesta publicação foi realizado ajuste metodológico em relação ao tratamento conferido ao Fundo Constitucional Distrito Federal, que até o momento era incorporado nas despesas do Governo Central. A partir desta publicação os valores das despesas do FCDF passam a ser registradas no âmbito dos Governos Estaduais, com o correspondente registro de transferência do Governo Central.

Tabela 1. Demonstrativo de operações do governo geral – Brasil – 4º Trimestre de 2016

Demonstrativo de operações - Governo Geral	Valores correntes – R\$ Milhões							
	Governo Central ¹			Governo Central consolidado	Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação						
Transações que afetam o patrimônio líquido								
1. Receita	427.417	31.507	0	458.924	206.012	159.041	-178.725	645.253
2. Despesa	586.729	29.013	0	615.742	229.584	151.450	-178.725	818.051
<i>d/q 23. Consumo de capital fixo</i>	<i>7.724</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>7.724</i>	<i>8.930</i>	<i>7.635</i>	<i>0</i>	<i>24.289</i>
Resultado Operacional Bruto – ROB (1-2+23)	-151.588	2.495	0	-149.094	-14.642	15.226	0	-148.510
Resultado Operacional Líquido- ROL (1-2)	-159.312	2.495	0	-156.818	-23.572	7.590	0	-172.799
Transações com ativos não financeiros								
31. Investimento líquido em ativos não financeiros	359	0	0	359	684	2.439	0	3.483
Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento (1-2-31)	-159.672	2.495	0	-157.177	-24.256	5.151	0	-176.281
Itens de memorando:								
<i>1. Despesa, excluindo consumo de capital fixo</i>	<i>579.005</i>	<i>29.013</i>	<i>0</i>	<i>608.018</i>	<i>220.654</i>	<i>143.815</i>	<i>0</i>	<i>793.762</i>
<i>2. Aquisição bruta de ativos não financeiros</i>	<i>8.083</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>8.083</i>	<i>9.614</i>	<i>10.075</i>	<i>0</i>	<i>27.772</i>
<i>3. Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento primária</i>	<i>-70.482</i>	<i>2.122</i>	<i>0</i>	<i>-68.360</i>	<i>-11.233</i>	<i>-350</i>	<i>0</i>	<i>-79.942</i>

Fontes: STN, IPEA, IBGE e BCB

Nota 1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 6.

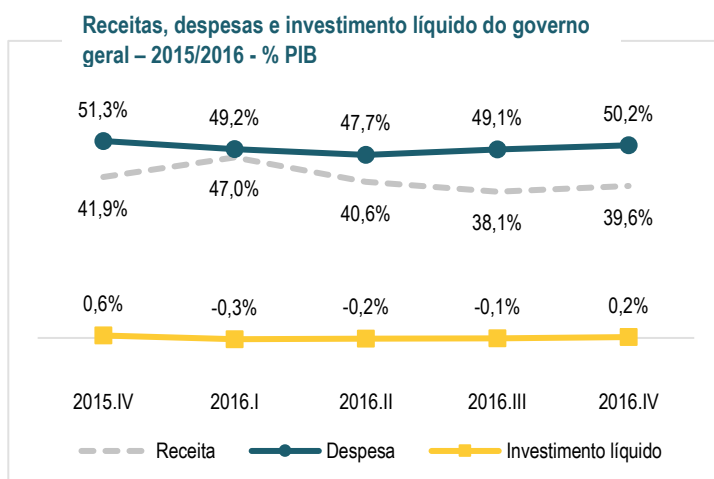
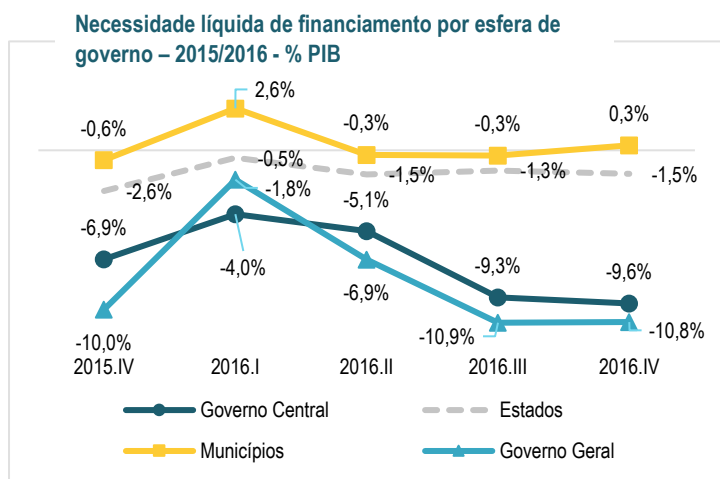
(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Tabela 2. Demonstrativo de operações do governo geral – Brasil – 2015/2016

	Valores correntes – R\$ Milhões			
Demonstrativo de operações - Governo Geral	2015.IV	2016.IV	Diferença	Var. %
Transações que afetam o patrimônio líquido				
1. Receita	651.330	645.253	-6.078	-0,93%
2. Despesa	797.202	818.051	20.849	2,62%
<i>d/q 23. Consumo de capital fixo</i>	22.498	24.289	1.791	7,96%
Resultado Operacional Bruto – ROB (1-2+23)	-123.374	-148.510	-25.136	20,37%
Resultado Operacional Líquido- ROL (1-2)	-145.872	-172.799	-26.927	18,46%
Transações com ativos não financeiros				
31. Investimento líquido em ativos não financeiros	10.033	3.483	-6.551	-65,29%
Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento (1-2-31)	-155.905	-176.281	-20.377	13,07%
Itens de memorando:				
1. Despesa, excluindo consumo de capital fixo	774.704	793.762	19.058	2,46%
2. Aquisição bruta de ativos não financeiros	32.531	27.772	-4.760	-14,63%
3. Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento primária	-63.850	-79.942	-16.092	25,20%

Fontes: STN, IPEA, IBGE e BCB

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 6.



Fonte: STN, IPEA, IBGE e BCB

Receitas do Governo Geral

Tabela 3. Demonstrativo da receita do governo geral – Brasil – 4º Trimestre de 2016 – R\$ Milhões

Receita	Valores correntes – R\$ Milhões							Governo Geral ²
	Governo Central ¹				Estados	Municípios	Coluna de consolidação	
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo central consolidado				
1. Receita	427.417	31.507	0	458.924	206.012	159.041	-178.725	645.253
11. Impostos	219.351	0	0	219.351	127.632	30.820	0	377.804
111. Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital	119.213	0	0	119.213	11.343	5.189	0	135.745
112. Impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	5.095	0	0	5.095	0	0	0	5.095
113. Impostos sobre a propriedade	314	0	0	314	6.910	9.080	0	16.304
114. Impostos sobre bens e serviços	86.812	0	0	86.812	109.352	16.551	0	212.715
115. Impostos sobre o comércio e transações internacionais	7.917	0	0	7.917	0	0	0	7.917
116. Outros impostos	0	0	0	0	27	0	0	27
12. Contribuições sociais	110.103	30.775	0	140.878	14.410	13.976	0	169.264
13. Transferências / Doações	208	0	0	208	50.106	95.570	-145.882	1
14. Outras receitas	97.755	732	0	98.487	13.864	18.675	-32.842	98.183

Fontes: STN, IPEA, IBGE e BCB

Nota 1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 6.

(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

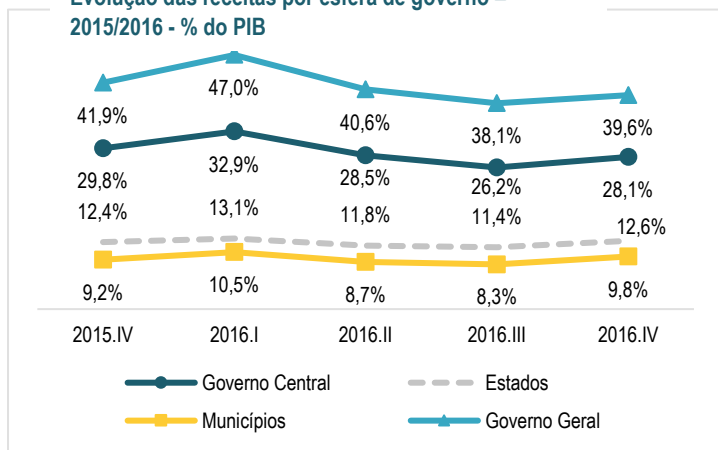
Tabela 4. Demonstrativo da receita do governo geral – Brasil – 2015/2016

Receita	Valores correntes – R\$ Milhões			
	2015.IV	2016.IV	Diferença	Var. %
1. Receita	651.330	645.253	-6.078	-0,93%
11. Impostos	340.653	377.804	37.151	10,91%
12. Contribuições sociais	185.474	169.264	-16.210	-8,74%
13. Transferências / Doações	23	1	-22	-95,82%
14. Outras receitas	125.181	98.183	-26.997	-21,57%

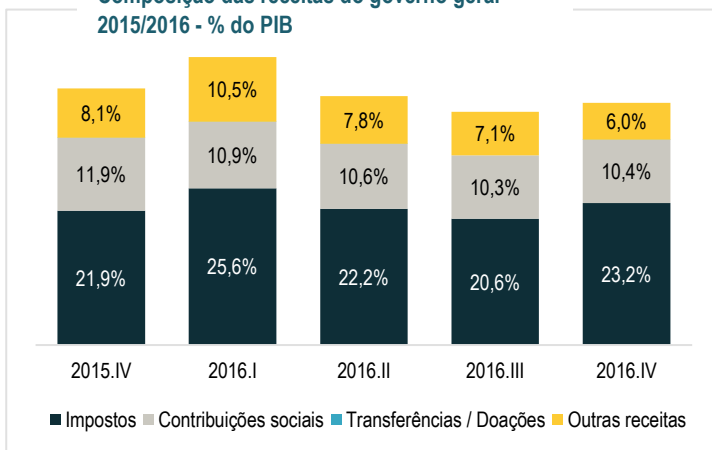
Fontes: STN, IPEA, IBGE e BCB

Nota 1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 6.

Evolução das receitas por esfera de governo – 2015/2016 - % do PIB



Composição das receitas do governo geral – 2015/2016 - % do PIB



Fontes: STN, IPEA, IBGE e BCB

Despesas do Governo Geral

Tabela 5. Demonstrativo da despesa do governo geral – Brasil - 4º Trimestre de 2016

Despesa	Valores correntes – R\$ Milhões							
	Governo Central ¹				Estados	Municípios	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo central consolidado				
2. Despesa	586.729	29.013	0	615.742	229.584	151.450	-178.725	818.051
21. Remuneração de empregados	76.599	0	0	76.599	90.316	79.390		246.305
22. Uso de bens e serviços	23.819	27	0	23.846	29.550	43.731		97.126
23. Consumo de capital fixo	7.724	0	0	7.724	8.930	7.635		24.289
24. Juros	141.505	359	n.d.	141.864	14.438	1.646	-32.842	125.106
25. Subsídios	2.304	0	0	2.304	881	72		3.258
26. Transferências / Doações	117.134	0	0	117.134	30.453	228	-145.882	1.934
27. Benefícios sociais	210.970	28.626	0	239.597	41.362	10.956		291.915
28. Outras despesas	6.674	0	0	6.674	13.654	7.791		28.119

Fonte: STN, IPEA, IBGE e BCB

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 6.

(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

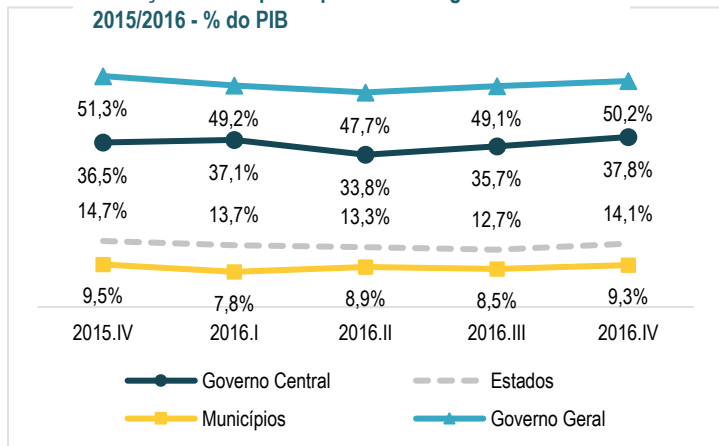
Tabela 6. Demonstrativo da despesa do governo geral – Brasil – 2015/2016

Despesa	Valores correntes – R\$ Milhões			
	2015.IV	2016.IV	Diferença	Var. %
2. Despesa	797.202	818.051	20.849	2,6%
21. Remuneração de empregados	225.960	246.305	20.345	9,0%
22. Uso de bens e serviços	91.663	97.126	5.463	6,0%
23. Consumo de capital fixo	22.498	24.289	1.791	8,0%
24. Juros	157.189	125.106	-32.082	-20,4%
25. Subsídios	13.561	3.258	-10.304	-76,0%
26. Transferências / Doações	676	1.934	1.258	186,0%
27. Benefícios sociais	258.514	291.915	33.401	12,9%
28. Outras despesas	27.139	28.119	979	3,6%

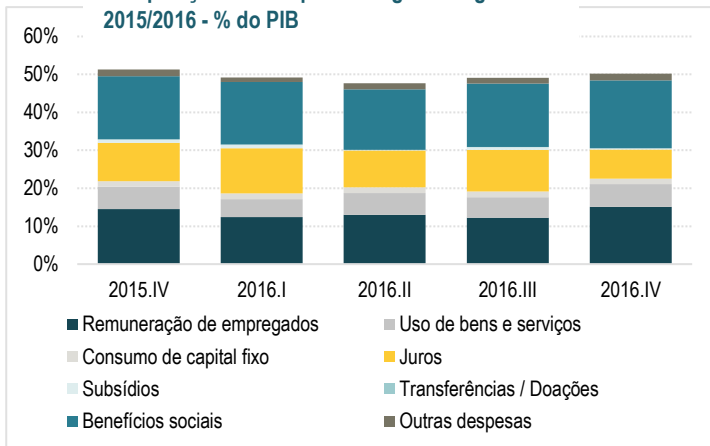
Fonte: STN, IPEA, IBGE e BCB

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 6.

Evolução das despesas por esfera de governo – 2015/2016 - % do PIB



Composição das despesas do governo geral – 2015/2016 - % do PIB



Fonte: STN, IPEA, IBGE e BCB

Investimento líquido do Governo Geral

Tabela 7. Demonstrativo de transações com ativos não financeiros do governo geral – Brasil – 4º Trimestre de 2016

Transações em ativos não financeiros	Valores correntes – R\$ Milhões							
	Governo Central ¹				Estados	Municípios	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo central consolidado				
31. Investimento líquido em ativos não financeiros (31-32-33)	359	0	0	359	684	2.439	0	3.483
31. Aquisição de ativos não financeiros	9.064	0	0	9.064	9.767	10.599	0	29.430
311. Ativos fixos	8.472	0	0	8.472	n.d.	n.d.	0	n.d.
312. Estoques	552	0	0	552	n.d.	n.d.	0	n.d.
313. Objetos de valor	12	0	0	12	n.d.	n.d.	0	n.d.
314. Ativos não produzidos	28	0	0	28	n.d.	n.d.	0	n.d.
32. Alienação de ativos não financeiros	980	0	0	980	154	524	0	1.658
321. Ativos fixos	0	0	0	0	n.d.	n.d.	0	n.d.
322. Estoques	398	0	0	398	n.d.	n.d.	0	n.d.
323. Objetos de valor	0	0	0	0	n.d.	n.d.	0	n.d.
324. Ativos não produzidos	583	0	0	583	n.d.	n.d.	0	n.d.
33. Consumo de capital fixo (ativos fixos)	7.724	0	0	7.724	8.930	7.635	0	24.289

Fonte: STN, IPEA e IBGE

n.d.: não disponível

Nota 1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 6.

(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

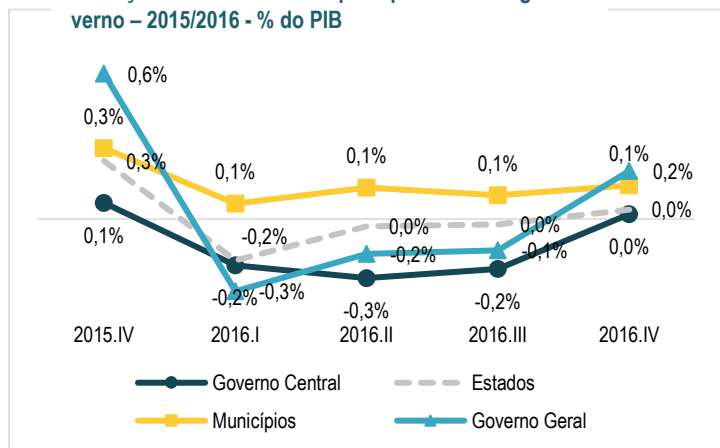
Tabela 8. Demonstrativo de transações com ativos não financeiros do governo geral – Brasil – 2015/2016

Transações em ativos não financeiros	Valores correntes – R\$ Milhões			
	2015.IV	2016.IV	Diferença	Var. %
3. Investimento líquido em ativos não financeiros	10.033	3.483	-6.551	-65,29%
31. Aquisição de ativos não financeiros	33.015	29.430	-3.585	-10,86%
32. Alienação de ativos não financeiros	484	1.658	1.175	242,92%
33. Consumo de capital fixo (ativos fixos)	22.498	24.289	1.791	7,96%

Fonte: STN, IPEA e IBGE

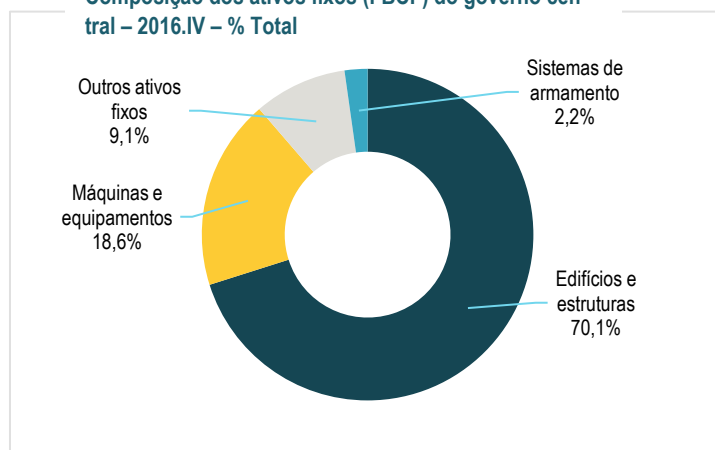
Nota 1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 6.

Evolução do investimento líquido por esfera de governo – 2015/2016 - % do PIB



Fonte: STN, IPEA e IBGE

Composição dos ativos fixos (FBCF) do governo central – 2016.IV – % Total



1. Abrangência

Nesta publicação é considerado o setor institucional governo geral que compreende todas as unidades de governo (central, estadual e municipais) e os fundos de previdência social controlados por essas unidades.

Governo central

O governo central é composto por todas as unidades que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, exceto o Banco Central do Brasil que, dadas suas características, compõe o subsetor de corporações públicas financeiras. Também são considerados dentro do governo central os dados do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fundo de natureza privada e gestão pública cujos recursos são aplicados nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura urbana cuja principal fonte de receita é a arrecadação compulsória de contribuição a cargo dos empregadores; e o Fundo Remanescente do PIS/PASEP (Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público).

Governos subnacionais (estados e municípios)

A abrangência dos governos subnacionais obedece a mesma composição estabelecida para o governo central. Merece destaque a questão de Fundos de Previdência Social que conforme critério definido para o subsetor governo central, também são agregados aos respectivos entes.

2. Fontes e metodologia

Bases de dados

A fonte primária para a obtenção dos dados do governo central é o Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI. Foram incluídos como partes integrantes do governo central as contas do FGTS e do fundo remanescente do PIS/PASEP, cuja base de informação são os levantamentos especiais de demonstrativos contábeis do FGTS e do fundo PIS/PASEP.

Já a fonte primária para obtenção de dados dos estados, dos municípios e do Distrito Federal a partir de 2014 é a base de contas anuais do FINBRA, do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi.

Importante destacar que essa base de dados não cobre a totalidade dos municípios do País, uma vez que nem todos os municípios apresentam suas contas ou muitas vezes as apresentam somente aos Tribunais de Contas subnacionais. Além disto, trata-se de uma base informativa e, portanto, sujeita a várias inconsistências como, por exemplo, o grande número de declarações nulas. Por estes motivos, foram utilizadas técnicas de imputação dos valores do FINBRA, de modo a ampliar a cobertura de municípios, bem como sua complementação com informações provenientes de outras fontes, tais como portais de transparência municipais.

A mesma lógica de ajuste acima descrita foi adotada na fonte primária dos dados de estados, apesar de nesse caso em especial não ter sido necessária a imputação dos dados faltantes, uma vez que a base primária Execução Orçamentária dos Estados contempla todo o universo de interesse.

Para a construção da base de dados de estados e municípios com periodicidade trimestral foi realizado um acordo de cooperação com o IPEA para o desenvolvimento da metodologia adotada que tem como suas principais características o uso de técnicas estatísticas que: (i) estimam os valores de despesas e receitas da totalidade dos municípios; (ii) transformam os dados anuais em trimestrais; e (iii) estimam os trimestres recentes enquanto os dados anuais ainda não são publicados.

Um ajuste adicional realizado foi o acréscimo nas receitas de contribuições sociais dos valores líquidos de contribuições patronais para financiamento do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS. Esse procedimento se fez necessário devido à necessidade de se equilibrarem os valores entre as despesas com contribuições sociais dos empregadores do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS e as receitas de contribuições ao empregador.

Outra fonte complementar de informação são as informações de receitas e despesas de juros das três esferas de governo em análise. Como o Banco Central do Brasil é o órgão responsável pela produção e disseminação de estatísticas sob a ótica de financiamento, os dados destas contas são fornecidos diretamente pelo Banco. Destaca-se, como exceção, a obtenção (via FINBRA) das receitas de juros dos municípios brasileiros para o período estudado nesta publicação, além dos dados de receitas e despesas de juros das fontes complementares do FGTS e do fundo PIS/PASEP.

Por fim, os valores de consumo de capital fixo do governo geral e as contribuições sociais imputadas para o governo central foram calculadas e fornecidas pelo IBGE e adotadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Base de registro

O fluxo de receitas de todas as esferas foi classificado pelo conceito de caixa, ainda que o GFSM 2014 determine a adoção de critério de competência. Do lado das despesas, foi considerado para todas as esferas o conceito de despesa liquidada, que representa o total empenhado e liquidado pelas unidades executoras dos respectivos entes. Cabe destacar ainda que às despesas liquidadas foram adicionados os pagamentos de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores de modo a se criar uma *proxy* do regime de competência, uma vez que esse tipo de restos a pagar ao serem pagos foram, em algum momento, obrigatoriamente liquidados.

O GFSM 2014 também inclui o Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa no qual as estatísticas de fluxos devem ser apuradas no regime de caixa. Este demonstrativo tem como objetivo medir o impacto das operações de governo sobre a demanda agregada.

Consolidação

Consolidação é um método de apresentação das estatísticas fiscais que implica tratar um conjunto de unidades como se uma única unidade fosse. Todas as transações cruzadas devem ser eliminadas para efeito de consolidação em um nível maior de agregação, com destaque especial para as contas contábeis relativas a transferências e juros.

Apesar de esse ser o tratamento preconizado pelo GFSM, dificilmente os distintos setores registram corretamente todas as transações envolvendo as diferentes partes, o que obriga o compilador de estatísticas fiscais a adotar procedimentos específicos para tratamento dos dados. Uma das premissas adotadas no presente trabalho e que tem amparo em manuais metodológicos internacionais, foi considerar que os registros contábeis efetuados pelas esferas superiores são mais consistentes e confiáveis que os feitos pelas outras esferas. Nesse sentido, o registro feito pela União é mais fidedigno que os realizados pelos estados, os quais, por sua vez, realizam registros mais consistentes que os efetuados pelos municípios.

Cabe destacar que ao seguir essa regra, alguns registros realizados pelas esferas inferiores são desconsiderados e novos valores são imputados em seus lugares, o que resultaria em um impacto fiscal caso nenhum outro tratamento fosse realizado. Assim, uma outra premissa adotada para os dados de Estatísticas de Finanças Públicas foi a de que não deveria haver impacto fiscal quando da realização dos ajustes de consolidação. Ou seja, partiu-se do pressuposto de que as esferas subnacionais realizam todos os seus registros contábeis, mesmo que de maneira não aderente às melhores práticas de contabilidade.

3. Indicadores GFS

Demonstrativo de Operações

Dois importantes resultados analíticos derivam do Demonstrativo de Operações do Governo. São eles:

- a) Resultado Operacional Líquido: corresponde a receita menos despesa. É um indicador sintético da sustentabilidade corrente das operações do governo e capta todos os custos correntes de operações governamentais. Deve-se notar que o resultado operacional líquido, tal como definido aqui, exclui ganhos e perdas resultantes de variações dos níveis de preço e outras variações do volume de ativos.
- b) Resultado Operacional Bruto: difere do resultado operacional líquido por não incluir o consumo de capital fixo como despesa.
- c) Capacidade / necessidade líquida de financiamento: corresponde ao resultado operacional líquido deduzido da aquisição líquida de ativos não financeiros. É um indicador sintético que revela a medida em que o governo coloca recursos financeiros à disposição de outros setores da economia ou utiliza os recursos financeiros gerados por outros setores. Pode, portanto, ser visto como indicador do efeito financeiro da atividade governamental sobre o resto da economia. Excluindo-se as receitas e despesas de juros obtém-se o indicador de capacidade / necessidade líquida de financiamento primária.

Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa

O Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa evidencia a quantia total de caixa gerada ou absorvida por operações correntes; transações com ativos não financeiros; e transações envolvendo ativos e passivos financeiros distintos do próprio caixa. A variação líquida da posição de caixa do governo é a soma do caixa líquido recebido dessas três fontes. As informações a respeito das fontes e usos de caixa são importantes para se avaliar a liquidez do setor governo geral. O indicador fornecido por este demonstrativo é:

a) Superávit / Déficit de caixa: é um indicador que evidencia a necessidade de fluxo de caixa de um setor. Quando é superavitário reflete a disponibilidade de caixa que está disponível para o governo para aumentar seus ativos financeiros ou diminuir o seu passivo. Quando é deficitário, reflete a necessidade de caixa do governo. Excluindo-se as receitas e despesas de juros obtém-se o indicador de superávit / déficit de caixa primário.

4. Revisões

As revisões serão realizadas a cada trimestre, conforme necessário, como resultado de atualização de base de dados, correções e tratamentos metodológicos.

5. Comparações com outras estatísticas fiscais

Os resultados aqui apresentados não substituem e nem se confundem com outras estatísticas relacionadas às finanças públicas, como, por exemplo, as estatísticas fiscais divulgadas no Resultado do Tesouro Nacional (RTN), que observam aspectos metodológicos específicos.

O RTN, publicado mensalmente desde 1995, foi estruturado com base no GFSM 1986. Este manual tinha como objetivo ajudar os países membros na compilação de informações estatísticas, facilitando a análise das operações dos governos e o impacto econômico de suas atividades. As estatísticas de finanças públicas aqui apresentadas são elaboradas de acordo com a metodologia definida GFSM 2014. Uma vez que se baseiam em edições diferentes do manual, existem diferenças conceituais entre as duas publicações.

Da mesma forma as estatísticas dos governos subnacionais apresentadas neste boletim não se confundem com as informações contidas no “Boletim de Finanças Públicas dos Entes Subnacionais” que são produzidas no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal (PAF), cujo principal objetivo é verificar o cumprimento das metas estabelecidas nos Programas de Ajuste estabelecidos como decorrência do processo de Renegociação das Dívidas dos estados. Assim, o objetivo principal desta base de dados é fornecer informações que permitam à STN avaliar a sustentabilidade da trajetória do endividamento dos estados.

6. Fontes externas e publicações relacionadas

Base de dados: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/476865/Demonstrativos+GG.xlsx/4796f8a7-c076-4068-bc19-3f03167721df>

Publicação “Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo”: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/estatisticas-de-financas-publicas>

Manual de Estatísticas Fiscais: https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/476865/PFI_Manual_Estatisticas_Fiscais/945c2ec4-a584-4823-9375-ffb22c070f78

Government Finance Statistics Manual 2014: <http://www.imf.org/external/Pubs/FT/GFS/Manual/2014/gfsfinal.pdf>

7. Institucional

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

Secretária do Tesouro Nacional

Pedro Jucá Maciel

Subsecretário de Planejamento e Estatísticas Fiscais

Felipe Palmeira Bardella

Coordenador Geral de Estudos Econômico-Fiscais

Alex Pereira Benício

Coordenador de Estudos Econômico-Fiscais

Equipe Técnica

Fábio Felipe Dáquilla Prates

Fernando Almeida Barbalho

Fernando Cardoso Ferraz

Gabriel Gdalevici Junqueira
Guilherme Dias Malvão
Karla de Lima Rocha
Vitor Henrique Barbosa Fabel

8. Contato

Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais – CESEF
Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134
70048-902 - Brasília-DF

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br